

# A Grande Prioridade

No encerramento da 1ª Conferência Anual do Banco Mundial sobre o Desenvolvimento na América Latina, dona Ruth Cardoso classificou o modelo educacional brasileiro como “repositório do atraso nacional”, acrescentando que ele “reproduz os mesmos tipos de discriminação e preconceitos existentes na sociedade”. A primeira-dama e antropóloga nada mais fez do que tocar no nervo mais exposto e sensível da nação brasileira.

Há mais: sua opinião de que a qualidade do ensino é mais importante do que o simples aumento do tempo de escolaridade acerta na mosca: os especialistas no assunto não se cansam de repetir que a universalização do acesso à escola não equivale à universalização da educação. No Brasil, a “pedagogia da repetência” é o sintoma mais visível da baixa qualidade do ensino de base público.

A taxa de repetência dos alunos da primeira série do ensino básico é de 50%. Os graduados levam em média 11,4 anos freqüentando a escola de primeiro grau. Tão grave quanto 4 milhões de crianças de 7 a 14 anos estarem fora da escola, tão dramático quanto 18% da população brasileira com mais de 15 anos não saberem ler, é o fato de que, dos 86% dos alunos que estão na pré-escola e no primeiro grau, apenas 4,5% atingem o terceiro grau.

Se adicionarmos a estas estatísticas os baixos salários e o despreparo do professorado, o nível mediocre do livro escolar, a má vontade das elites em assumir a educação como principal questão nacional, teremos um quadro preocupante para uma nação que aspira à democracia e à modernidade.

O Brasil, com efeito, está jogando seu futuro nacional no desafio de realizar uma revolução pedagógica para valer. Todas as grandes nações modernas e democráticas começaram pela erradicação do analfabetismo e pela universalização da educação. Sem isto não haveria a Revolução Industrial inglesa. A Revolução Francesa, em seguida a Alemanha de Bismarck e o Japão da Era Meiji trilharam o mesmo caminho.

Um século mais tarde, por volta de 1950, a Coréia do Sul e o Brasil se igualavam em taxa de alfabetização. Hoje, em matéria de educação, a Coréia está 30 anos à nossa frente. Na verdade, até hoje, nunca houve no Brasil uma tentativa séria de se promover a educação como fator *sine qua non* da formação do Estado Nacional Moderno. O Brasil conseguiu realizar grandes obras de infra-estrutura, mas não conseguiu universalizar o ensino básico, nem secularizar o conhecimento científico, nem atingir a excelência tecnológica.

Relatórios do Banco Mundial explicam a baixa produtividade e o baixo nível de valor agregado dos manufaturados brasileiros pelo descaso histórico pela educação. Como operar equipamentos sofisticados sem a adequada formação tecnológica?

Ora, neste final de século, a educação — repita-se *ad nauseam* — tornou-se, como nunca antes na História, condição necessária para o desenvolvimento. Desapareceu a vantagem comparativa de modelos baseados no uso intensivo de mão-de-obra barata e não qualificada, e na utilização predatória de matérias-primas abundantes.

Para quem não se comove com argumentos

igualitários fraternos, eis a *ratio* econômica que deveria motivar nossas elites. O tempo urge e a matéria é vasta: uma revolução educacional de verdade requer, no mínimo, o espaço de uma geração. Assim como os frutos dos investimentos em telecomunicações demoraram mais de 20 anos para aparecer, investimentos maciços na educação só se farão sentir lá pela segunda década do século 21.

É hora de dar a partida. Pela primeira vez em nossa história, um presidente da República anunciou um ensino de qualidade para as crianças como prioridade maior. Das cinco metas simbolizadas na campanha de Fernando Henrique Cardoso pelos dedos da mão espalmada — Educação, Saúde, Agricultura, Segurança e Emprego — o presidente identificou o ensino básico como a primeira e mais urgente delas.

No entanto encontra-se uma estranha resistência a todo tipo de medida modernizadora. Tomemos o ensino superior. É evidente que a proposta do ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, de instituir um sistema de avaliação para os estabelecimentos de ensino superior, é uma inovação revolucionária para o resgate das universidades brasileiras.

Ninguém ignora que muitas universidades estatais viraram feudos burocráticos e ineficientes, enquanto boa parte das universidades privadas se limitam a encenar o “pacto da mediocridade” em que professores singem ensinar e alunos fazem de conta que aprendem. As reações a esta medida se explicam pela grita corporativista, a reação cartorial, o receio da competição.

Eis a natureza do bloqueio ao sistema de avaliação *a posteriori* da qualidade dos cursos, do estabelecimento de um ranking no ensino superior, que permitiria à sociedade conhecer as instituições dotadas dos melhores professores e pesquisadores, os que mais exigem forte carga de trabalho, os que obtêm melhor rendimento do corpo discente.

Enquanto contentamo-nos com cursos formais e vazios que fornecem “canudos”, faculdades abaixo da crítica organizadas como negócio, que exploram professores sofríveis e credenciam alunos despreparados, nos Estados Unidos as empresas privilegiavam os alunos diplomados em estabelecimentos de escol. As fundações americanas e o governo levam em conta o ranking das universidades para a concessão de bolsas e auxílio às pesquisas.

Como escreveu o ministro Bresser Pereira em artigo recente, a excelência das universidades americanas é garantida pela autonomia financeira, a flexibilidade administrativa e a competitividade, assegurada pela avaliação externa e independente dos resultados e que são regularmente publicadas na imprensa.

O recado de dona Ruth, que preside o conselho consultivo do programa Comunidade Solidária, acentua a necessidade de que toda a sociedade se envolva na resolução do problema. Não basta a decisão política do governo. É preciso que as empresas, a imprensa, os prefeitos e vereadores, os pais de alunos, as mais variadas associações se compenetrem de que o destino do Brasil se confunde com a causa da educação. Em todos os níveis.